



ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
(CIDI)



DÉCIMA TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERAMERICANA
DE MINISTROS DO TRABALHO
24 a 26 de setembro de 2003
Salvador, Bahia, Brasil

OEA/Ser.K/XII.13.1
TRABAJO/doc.5/03
23 setembro 2003
Original: inglês

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO 1
DIMENSÕES TRABALHISTAS DO PROCESSO DA CÚPULA DAS AMÉRICAS: GLOBALIZAÇÃO,
EMPREGO E TRABALHO

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO 1

DIMENSÕES TRABALHISTAS DO PROCESSO DE CÚPULAS DAS AMÉRICAS: GLOBALIZAÇÃO, EMPREGO E TRABALHO

I. INTRODUÇÃO

O Plano de Ação de Ottawa, da Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), incumbiu este Grupo de Trabalho de examinar as dimensões trabalhistas do processo de Cúpulas das Américas, com a inclusão de questões de globalização e seus nexos com o emprego e o trabalho. O Grupo de Trabalho foi solicitado a identificar áreas de acordo e assuntos que se prestam a exame adicional, e a preparar um relatório com recomendações a serem consideradas pela Décima Terceira Conferência.

O Grupo de Trabalho também foi incumbido de melhorar, no que se refere às dimensões trabalhistas do processo de Cúpulas das Américas, a colaboração e a coordenação entre ministérios do trabalho, outros ministérios pertinentes e as principais organizações internacionais.

O Grupo de Trabalho decidiu concentrar suas discussões inicialmente nas dimensões trabalhistas da integração econômica, tanto em razão da importância atual do assunto, como no interesse de estabelecer uma esfera de ação exequível para suas deliberações.

O Grupo de Trabalho reuniu-se em duas oportunidades: em São Domingos, República Dominicana, de 9 a 11 de abril de 2002, e em Montevideu, Uruguai, em 31 de março e 1º de abril de 2002. O programa de trabalho foi complementado por diversos seminários e reuniões técnicas. Representantes do COSATE e da CEATAL participaram de todas essas atividades.

As reuniões serviram de valioso instrumento para melhorar a colaboração e a coordenação com importantes organizações internacionais no que se refere às dimensões trabalhistas do processo de Cúpulas das Américas. Ademais, o programa de trabalho propiciou grandes oportunidades para a realização de produtivas discussões sobre o assunto com funcionários de outros ministérios relevantes.

As discussões do Grupo de Trabalho beneficiaram-se com as apresentações, as opiniões e os relatórios de organizações acadêmicas e internacionais convidadas.

Este relatório contém um resumo das nossas deliberações e as recomendações que apresentamos à consideração dos Ministros do Trabalho. Inicialmente, o relatório sintetiza os temas centrais e as observações emanadas das discussões do Grupo de Trabalho. Os temas fornecem o contexto para os pontos de acordo específicos e as áreas para as quais se propõe uma análise adicional. O relatório finaliza com as recomendações. Atendendo ao pedido formulado pelos Ministros do Trabalho do Hemisfério, recomendamos que o relatório lhes seja distribuído antes da próxima conferência ministerial, marcada para novembro de 2003.

II. TEMAS CENTRAIS EMANADOS DAS NOSSAS DELIBERAÇÕES

Os Ministros do Trabalho apóiam uma agenda comum para melhorar o bem-estar dos trabalhadores no Hemisfério. Essa agenda está refletida nas metas articuladas pelos Chefes de Estado na Terceira Cúpula das Américas, no sentido de “gerar maior prosperidade e expandir oportunidades econômicas, simultaneamente com a promoção da justiça social e a realização do potencial humano”. A integração pode e deve servir essa meta.

O processo de integração abrange mais do que meras considerações econômicas. A dimensão do trabalho não pode ser vista isoladamente de outros aspectos do processo de Cúpulas das Américas. As iniciativas dos nossos governos no sentido de promover a democracia, a segurança, a transparência no governo e o desenvolvimento econômico e social, são interdependentes e se reforçam mutuamente. Tal como os mercados de capital, os mercados de trabalho dependem de leis e regulamentos transparentes e efetivamente administrados para funcionar com eficiência. Uma força de trabalho qualificada e adaptável é essencial para realizar o potencial de benefícios propiciado pela integração econômica. A promoção da observância dos direitos básicos dos trabalhadores contribui para a estabilidade social e política e para a prosperidade geral. Modernas políticas trabalhistas, que posicionam os seres humanos no centro de toda a atividade econômica, são essenciais para o bom êxito de uma economia global.

Os ministérios do trabalho devem contribuir para a criação de uma política apropriada e uma estrutura programática que mitiguem o potencial de efeitos negativos que a integração das nossas economias poderia exercer sobre os mercados de trabalho, tanto no nível interno como regional. Examinamos diferentes abordagens já adotadas em atendimento às necessidades do trabalhador desempregado. Consideramos o importante papel dos serviços de emprego e de uma informação oportuna e precisa sobre o mercado de trabalho nas nossas economias dinâmicas, e a emergência de novas relações de trabalho no mundo digital. Atribuímos constante ênfase à necessidade de melhorar a capacidade dos ministérios do trabalho para o desempenho dessas funções mediante, *inter alia*, o fortalecimento do seu pessoal profissional de carreira, o desenvolvimento da especialização e de sólidos sistemas de gestão e a promoção do diálogo social.

Os acordos regionais de integração no Hemisfério, os instrumentos multilaterais e os acordos de livre comércio recentemente negociados incluem compromissos trabalhistas. Debates as virtudes e limitações das distintas modalidades desses compromissos. Adicionalmente, encomendamos um estudo destinado a analisar, em países que para tanto se ofereceram voluntariamente, as implicações *de facto* desse compromissos trabalhistas e dos procedimentos e práticas utilizados na sua aplicação. Consideramos as importantes contribuições de diferentes mecanismos de cooperação, inclusive os extra-regionais, para a formação de capacidade de apoio a tais compromissos e às metas supremas de melhoria das condições de trabalho e aumento dos padrões de vida.

A integração econômica é vital para o futuro dos trabalhadores e trabalhadoras do Hemisfério Ocidental. Um volume crescente de investimentos produtivos, um comércio transfronteiriço livre de discriminações protecionistas e a solidez dos mercados internacionais são essenciais para o crescimento econômico e o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, reconhecemos que a integração econômica plantea desafios para os trabalhadores, mas também oportunidades. Os desafios variam de um a outro país, mas existem em todos eles – tanto nas economias industriais maduras como nas economias pequenas ou em desenvolvimento. Em certas circunstâncias, as forças da globalização podem favorecer incentivos econômicos a curto prazo em detrimento de políticas e práticas de trabalho que sirvam a longo prazo os melhores interesses dos governos, dos trabalhadores e das economias. Em algumas áreas, a exclusão e a disposição de competir numa economia cada vez mais global são motivo de preocupação. Nessa economia, a nossa agenda comum também atende o nosso interesse comum.

Para os ministérios do trabalho, a tarefa consiste em preparar as nossas populações para aproveitar as oportunidades que surgem numa economia dinâmica, promover lugares de trabalho que façam o melhor uso do capital e do esforço humano, reafirmar a dignidade humana e o papel que esta desempenha no mundo econômico e empresarial, fomentar a efetiva observância e assegurar a efetiva aplicação das leis e padrões trabalhistas e implementar programas que reduzam impactos negativos sobre os trabalhadores, em especial os grupos de indivíduos mais vulneráveis. Devem os ministérios do trabalho orientar esforços renovados, inclusive de diálogo social, para melhorar a nossa compreensão dos impactos trabalhistas da integração, para que possamos melhor responder às necessidades dos trabalhadores e suas famílias. O fortalecimento da confiança dos trabalhadores na própria capacidade de adaptar-se à mudança e extrair benefícios da integração ampliará o apoio das nossas sociedades ao processo da Área de Livre Comércio das Américas.

A colaboração e cooperação entre os ministérios do trabalho e outros ministérios, tanto no nível nacional como nos foros internacionais, proporciona uma compreensão mais clara desses inter-relacionamentos e melhor informa as nossas deliberações políticas e o processo decisório. Reconhecemos a necessidade de avaliar integralmente as implicações de trabalho e emprego das políticas econômicas.

Finalmente, um aspecto que merece maior atenção é o de assegurar que os compromissos trabalhistas assumidos pelos Chefes de Estado nas Cúpulas das Américas e pelos Ministros do Trabalho na CIMT e em outros instrumentos multilaterais se traduzam em ações e resultados práticos. Para o nosso Grupo de Trabalho, isto exige uma focalização ainda mais intensa para que a relação existente entre as dimensões trabalhistas e econômicas da integração sejam integralmente compreendidas.

III. ÁREAS DE ACORDO E QUESTÕES QUE REQUEREM TRABALHO ADICIONAL

- Num contexto de intensificação da integração econômica, são de essencial importância tanto o compromisso dos Chefes de Estado e de Governo das Américas no sentido de adotar e implementar leis e políticas que facilitem a efetiva aplicação dos princípios trabalhistas fundamentais incorporados à Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, como a rejeição do uso de padrões de trabalho para propósitos de protecionismo comercial.
- A Agenda de Trabalho Decente da OIT e o fortalecimento do diálogo social estão no centro das dimensões do trabalho e emprego do processo de Cúpulas das Américas. Nesse processo, a busca de integração deve revestir uma forma que maximize oportunidades para a realização da agenda.
- Apoiamos e encorajamos decididamente outros esforços no âmbito do processo de Cúpulas para promover a democracia, a estabilidade do mercado financeiro, a transparência, o primado da lei e o acesso a serviços de saúde e à educação continuada, como importantes complementos das dimensões de trabalho e emprego do processo de Cúpulas das Américas.
- Cabe aos ministérios do trabalho um papel vital e multifacetado na provisão das bases indispensáveis para alcançar as metas gerais das Cúpulas das Américas:
 - promover e proteger os princípios e direitos básicos dos trabalhadores, incorporados à Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho;
 - preparar empregados e empregadores para o seu sucesso numa economia integrada e dinâmica, dotando-os das aptidões para tanto necessárias;

- melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho, oferecendo maior segurança econômica e treinamento aos trabalhadores que estejam desempregados e acesso a serviços de emprego para ajudá-los na transição para novos empregos;
 - fomentar o desenvolvimento geral dos indivíduos e o potencial produtivo dos lugares de trabalho;
 - aprofundar a compreensão dos impactos da integração sobre o trabalho, por meio do diálogo social; e
 - participar ativamente de debates econômicos e sociais relevantes, a fim de promover o emprego produtivo.
- Apoiamos e encorajamos dedicadamente os esforços no sentido de modernizar e fortalecer os ministérios do trabalho para que desempenhem essas funções. Nesse sentido, a cooperação horizontal e a assistência técnica têm importante papel a desempenhar. O mandato e os esforços desta Conferência no sentido de aumentar a eficácia de projetos de fortalecimento de capacidades e a assistência técnica muito se beneficiariam do desenvolvimento de redes apropriadas e outros meios para estruturá-los e dar-lhes continuidade. O documento de trabalho apresentado pela Presidência *pro tempore*, *Modernização da administração do trabalho: Documento conceitual para um Instituto de Administração do Trabalho Profissional das Américas*, forneceu uma sólida base para debates adicionais. Registramos a valiosa contribuição do México no seu documento de trabalho *Sistema Interamericano de Cooperação Trabalhista*.
 - Este Grupo de Trabalho foi encarregado de considerar as implicações do relatório “Padrões de trabalho e o processo de integração nas Américas”, preparado pela OIT. No seguimento do assunto, discutimos as disposições trabalhistas de diferentes instituições regionais e encomendamos um relatório sobre a aplicação prática dos compromissos trabalhistas desses instrumentos e instituições, que a Conferência receberá dentro em breve. Será importante desenvolver o assunto com base nesse trabalho.
 - São necessárias indagações adicionais quanto aos efeitos da integração econômica sobre os mercados e políticas de trabalho, os métodos de estudo dessas questões e os meios para habilitar os ministérios do trabalho de economias menores a realizar tais análises.
 - Um diálogo produtivo com autoridades do comércio por ocasião das reuniões da CIMT, particularmente em vista da solicitação dos Ministros do Comércio, em sua Declaração de Quito, em novembro de 2002, de que fosse preparado um relatório sobre os resultados deste Grupo de Trabalho, promoverá uma abordagem mais informada do processo de integração e da Área de Livre Comércio das Américas. A continuidade desses intercâmbios de pontos de vista e de informação com os ministérios do comércio e da busca de intercâmbios similares com outros ministérios relevantes é de significativo valor.
 - Valiosas contribuições resultaram da ativa participação de empregadores e empregados no nosso trabalho, por meio da CEATAL e do COSATE, e de importantes entidades internacionais como a Organização Pan-Americana da Saúde, a Organização dos Estados Americanos e a Organização Internacional do Trabalho.

IV. RECOMENDAÇÕES

O Grupo de Trabalho recomenda respeitosamente aos Ministros do Trabalho a preparação de um Plano de Ação mediante o qual a CIMT:

1. com base tanto no trabalho da Décima Primeira e da Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho sobre diferentes acordos e instituições regionais, abordando padrões de trabalho no contexto da integração, como no contínuo estudo de disposições trabalhistas em novos acordos de livre comércio, elabore opções que enfatizem a cooperação de modo a permitir uma melhoria da implementação de compromissos trabalhistas e de leis e políticas do trabalho, inclusive mediante o aumento da capacidade dos ministérios do comércio;
2. proceda a indagações adicionais quanto aos efeitos da integração econômica sobre os mercados e políticas de trabalho, os métodos de estudo dessas questões e os meios para habilitar os ministérios do trabalho de economias menores a realizar tais análises;
3. desenvolva os meios institucionais para estruturar o fortalecimento da capacidade de coordenação e colaboração dos ministérios do trabalho de desempenhar essas funções. Para tanto, encomende um estudo de viabilidade, com recomendações, a ser apresentado à consideração da Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho;
4. formule convites a altas autoridades de ministérios relevantes, na medida do apropriado, para que participem de seminários, sessões de trabalho e reuniões dos Grupos de Trabalho da CIMT, quando os temas incluídos em agenda se refiram a assuntos de natureza cruzada. A respeito, o Grupo de Trabalho identificou os ministérios do comércio e da educação;
5. continue a encorajar a ativa participação da CEATAL, do COSATE e das principais organizações internacionais no trabalho da Conferência sobre as dimensões trabalhistas do processo de Cúpulas das Américas; e
6. transmita o conteúdo deste relatório aos Ministros do Comércio, em resposta ao pedido que formularam na sua Declaração de Quito, em novembro de 2002.

ANEXOS

- A. - Apresentações por países sobre as dimensões trabalhistas da integração (Antígua e Barbuda, Argentina, Canadá, Chile, México e Uruguai)
- B. - Dimensões trabalhistas da integração da perspectiva dos empregadores (CEATAL)
- C. - Dimensões trabalhistas da integração da perspectiva dos trabalhadores (COSATE)
- D. - Situação do estudo de seguimento do projeto *Os padrões trabalhistas e os acordos de integração do trabalho* (Projeto XII CIMT-OIT)